

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO
Pernambuco

PRESENÇA QUE FAZ A DIFERENÇA

Gestão de Riscos

Renato Cirne

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO



GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Levantamento das Demandas



Relação Agente-Principal

PRINCIPAL

Cidadãos



AGENTES

Representantes eleitos
Conselhos
Autoridade Máxima
Dirigentes Superiores
Dirigentes
Gerentes

(TCU, 2014)

CONCEITO

“Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os **relacionamentos** entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

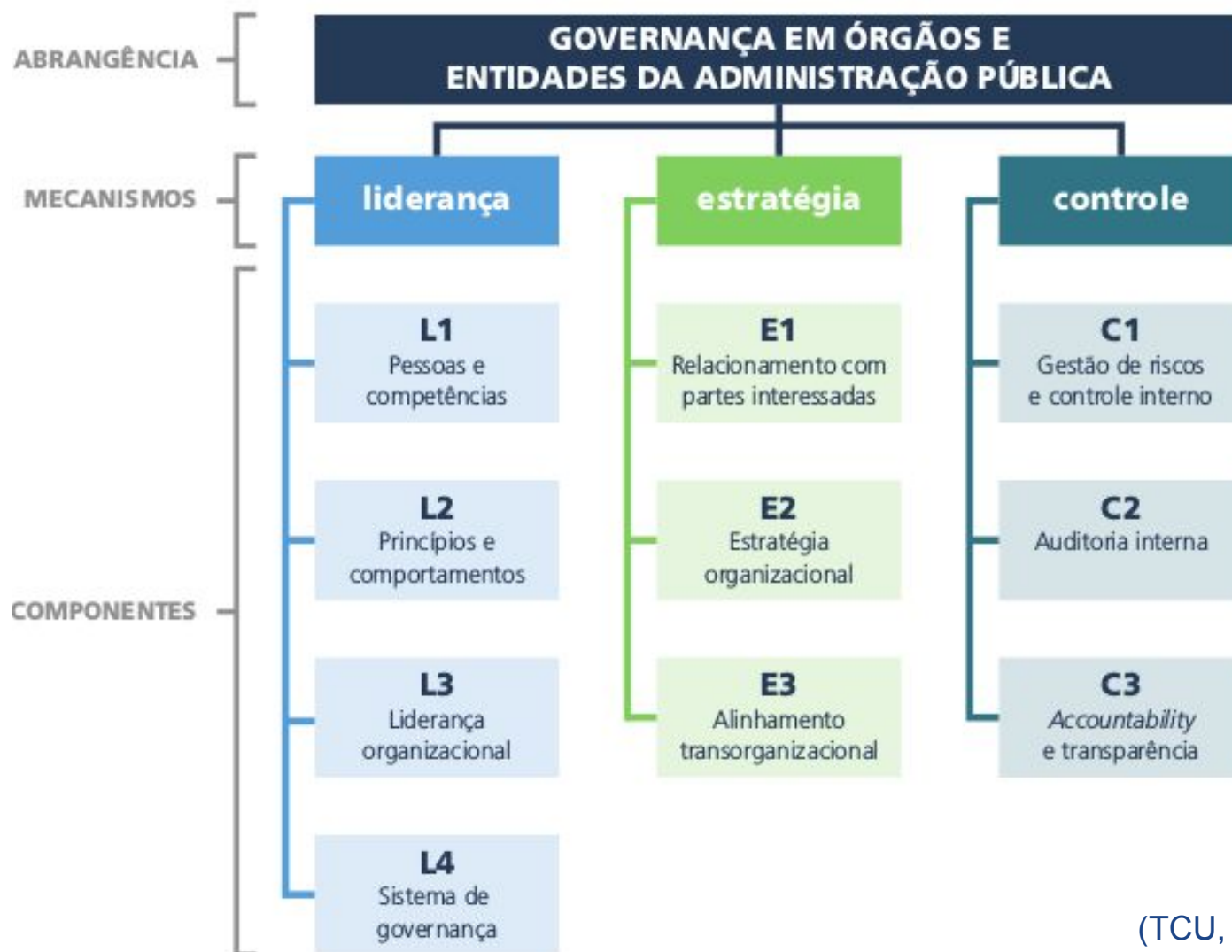
(IBGC, 2015)

CONCEITO

“Governança **no setor público** compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para **avaliar, direcionar e monitorar** a atuação da gestão, com vistas à **condução de políticas públicas** e à prestação de serviços de interesse da sociedade”.

(TCU, 2014)

Componentes da Governança



(TCU, 2014)

Componentes da Governança

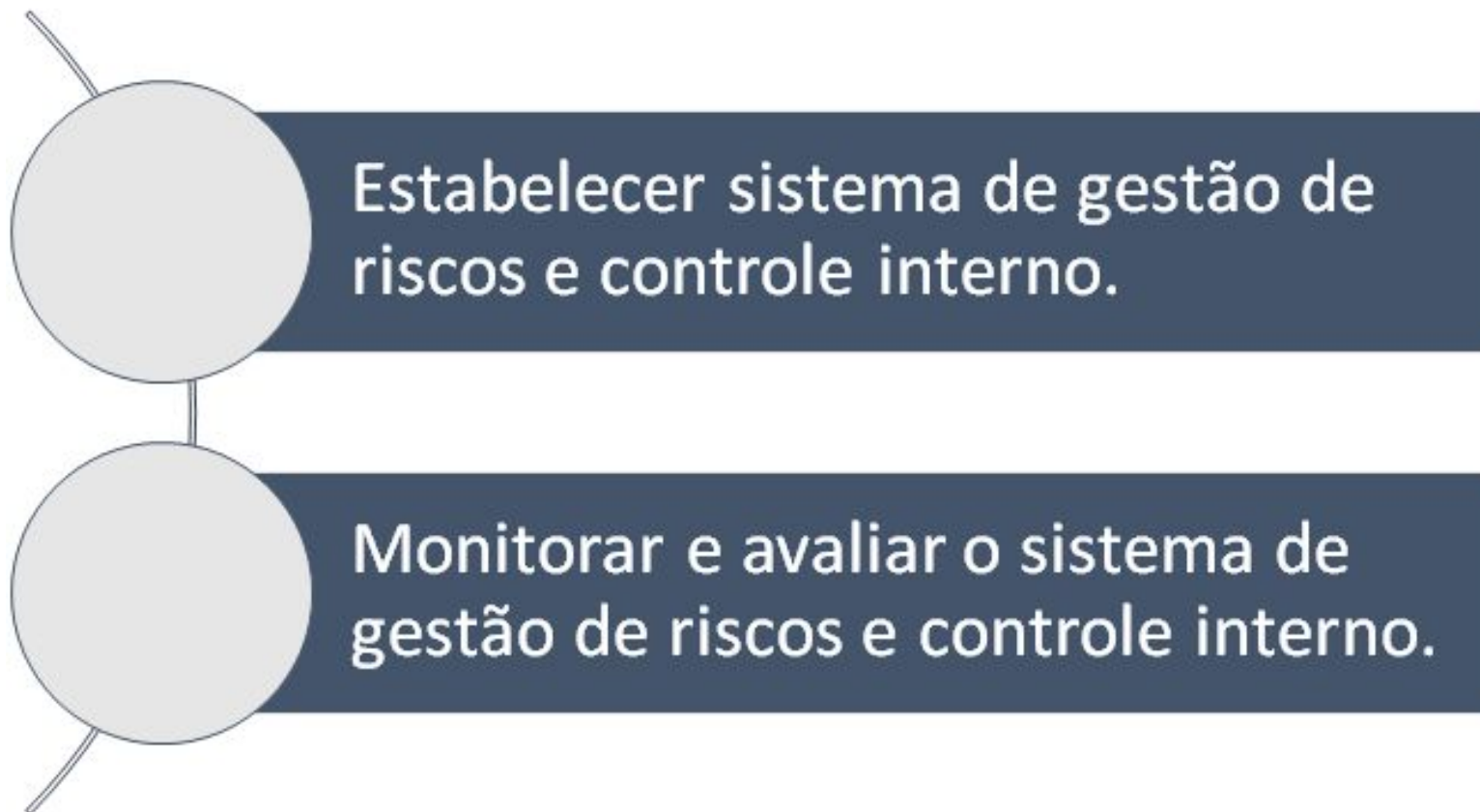
Componentes dos Mecanismos de Governança



(TCU, 2014)

Componentes da Governança

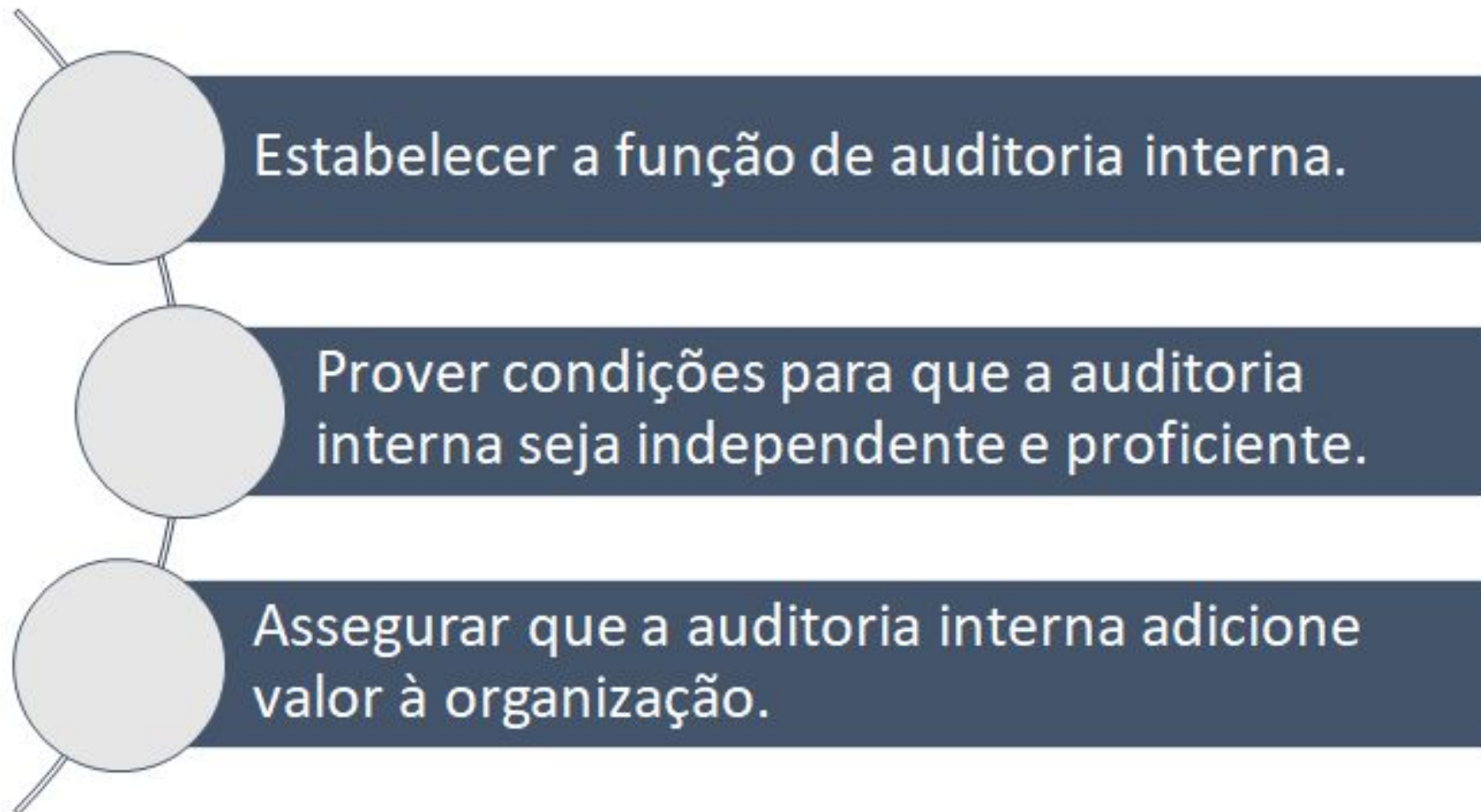
C1 - GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO



(TCU, 2014)

Componentes da Governança

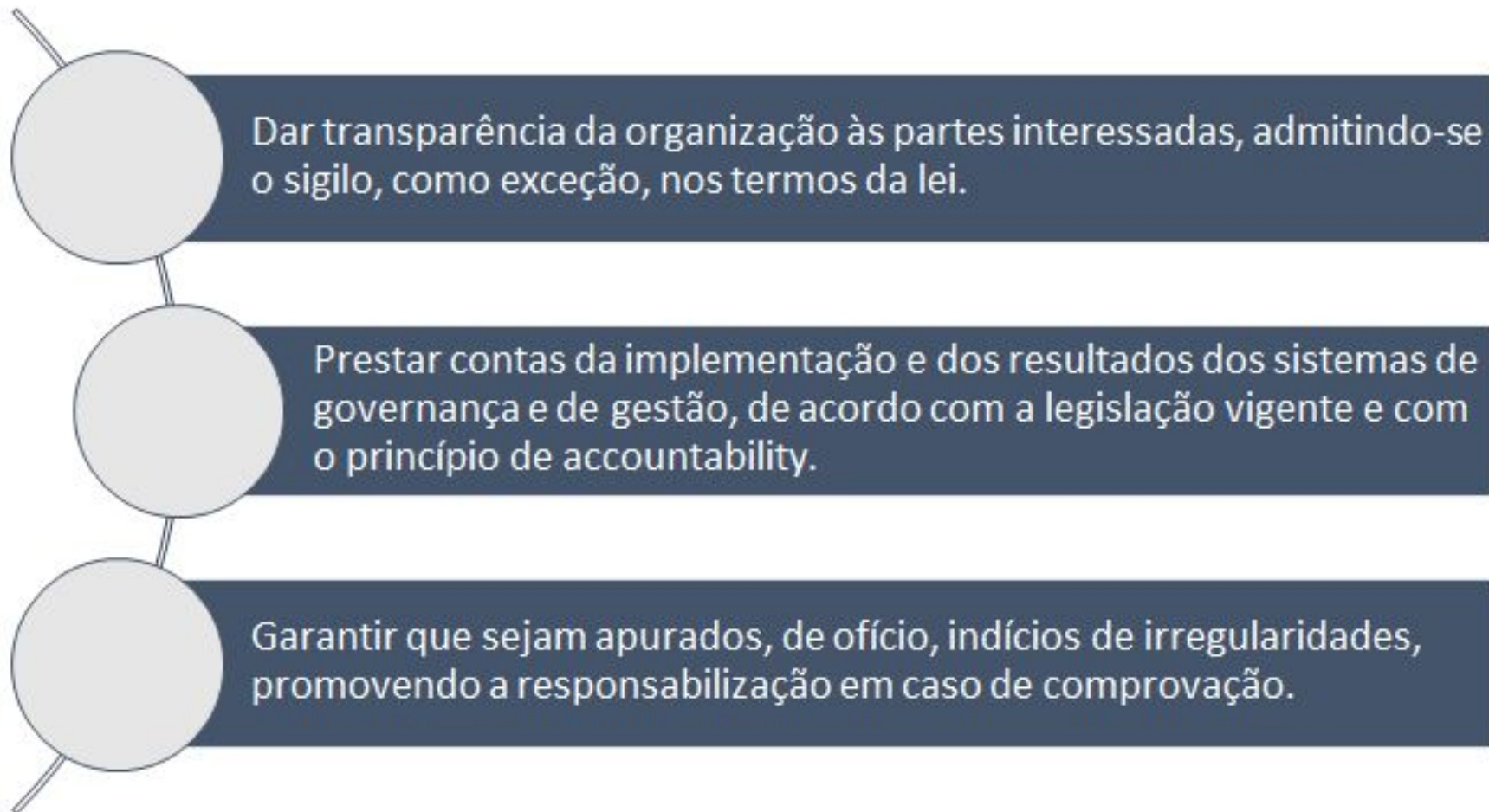
C2 - AUDITORIA INTERNA



(TCU, 2014)

Componentes da Governança

C3 - ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA



(TCU, 2014)

Relação Governança e Gestão de Riscos



- **Risco** é a possibilidade de um evento ocorrer e afetar adversamente a consecução de objetivos organizacionais. O risco é medido em termos de impacto e probabilidade.
- **Oportunidade** é a possibilidade de um evento ocorrer e afetar positivamente a consecução dos objetivos organizacionais.

COSO (2013)

Gestão de Riscos

- **Evento** é um incidente ou ocorrência, de fontes internas ou externas a uma organização, que podem afetar a consecução dos objetivos.



COSO (2013)

- **Risco inerente** é o nível de risco antes de quaisquer ações de mitigação de risco terem sido levadas em conta, como atividades de controle.
- **Risco residual** é o nível de risco após ter levado em consideração as ações de mitigação de risco tais como atividades de controle.

Risco Inerente - Atividades de Controle = Risco Residual

COSO - 2013

- **Apetite ao risco** é o nível de risco que uma organização está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos.
- **Fatores de risco** - um termo usado para descrever fatores genéricos que podem indicar um nível mais alto de risco e/ou prioridade a ser dada a um elemento do **universo de auditoria**.

COSO - 2013

Trata-se de um processo estruturado em que gestores:

- (a) examinam eventuais acontecimentos futuros e os riscos e oportunidades que estes representam para o alcance dos objetivos da organização; e
- (b) determinam e implementam ações de gestão de risco (por exemplo, atividades de controle).

(RAP Guide - PEM-PAL IA CoP)

A gestão de riscos é (ou deve ser) parte integrante do "sistema de controle interno" e é responsabilidade da administração.

(RAP Guide - PEM-PAL IA CoP)

Em geral, o setor público não aborda a gestão de riscos de forma estruturada e não dispõe de controle interno eficaz.

Nessa situação, os auditores devem fazer os seus próprios julgamentos sobre os riscos dentro da organização

(Risco Inerente = Risco Residual)

(RAP Guide - PEM-PAL IA CoP)

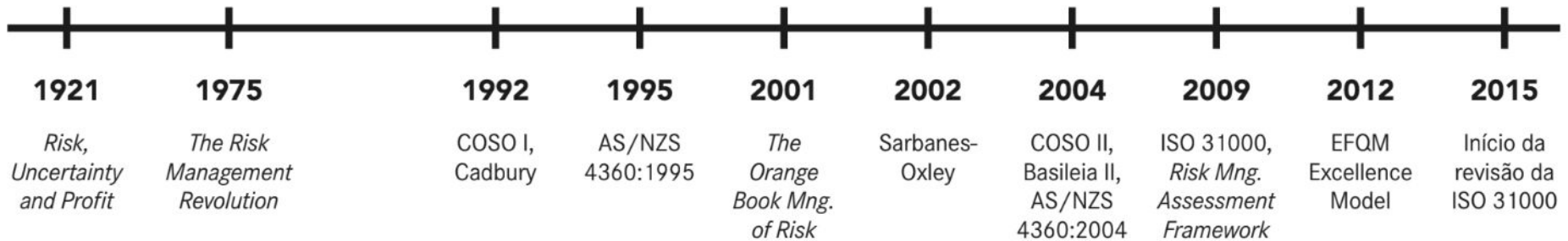


Os Mitos da Gestão de Risco

- **Trabalhoso;**
- **Burocrático;**
- **Eleva os custos;**
- **Necessita de consultorias;**
- **Somente com sistemas.**

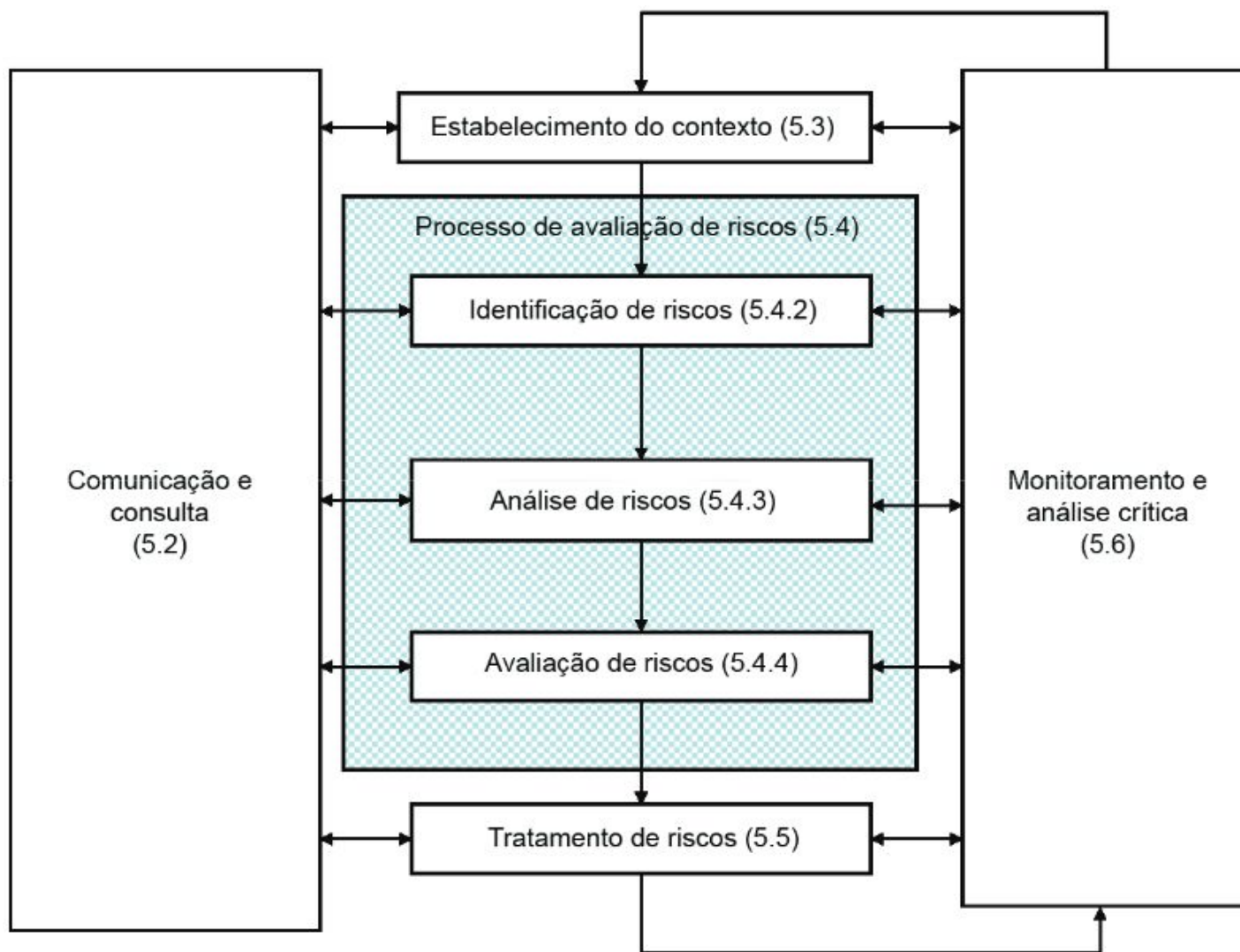


Modelos de Gestão de Risco

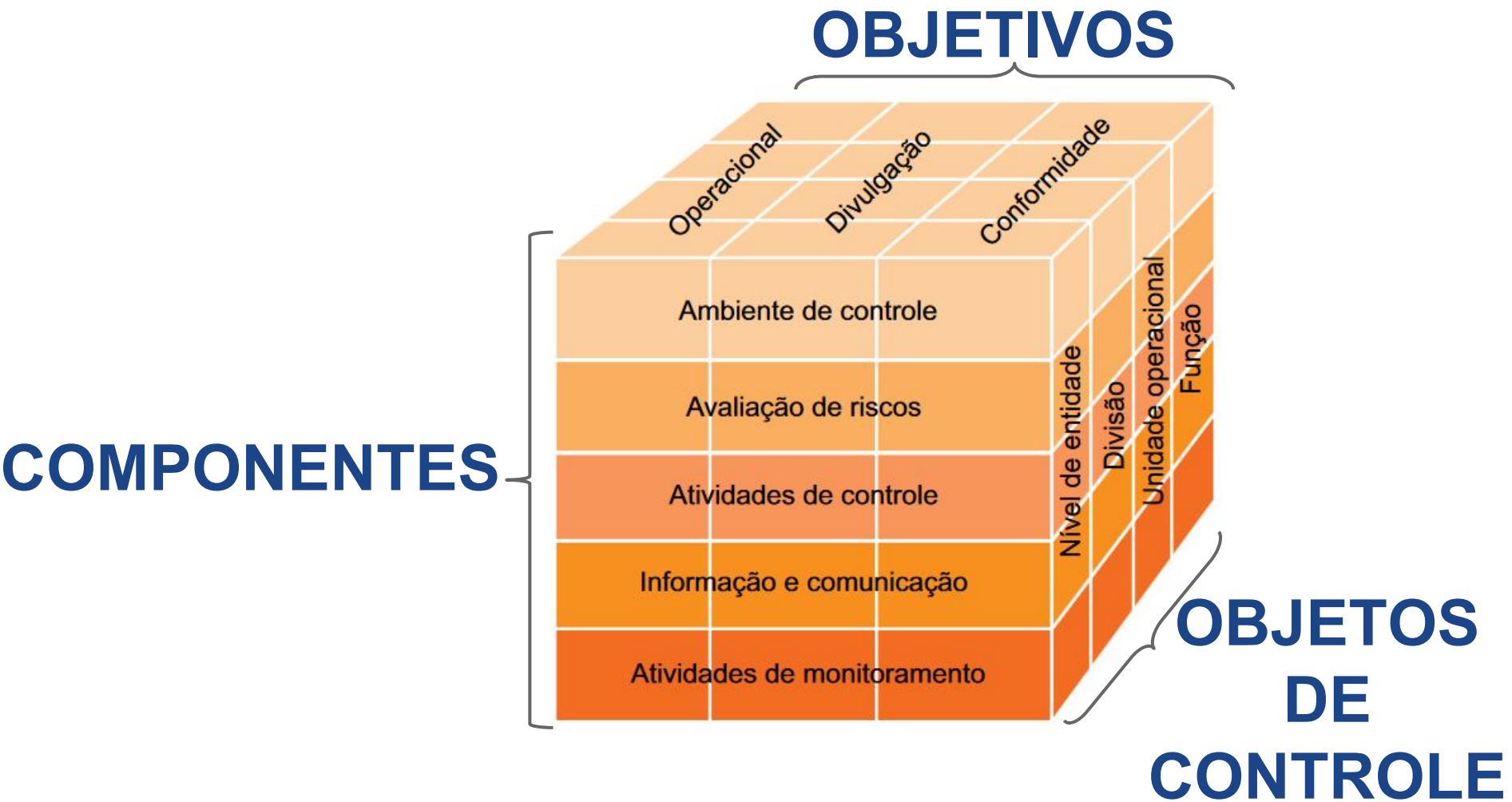


(TCU, 2018)

ISO 31000/2009 - Gestão de Riscos









Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão - MP

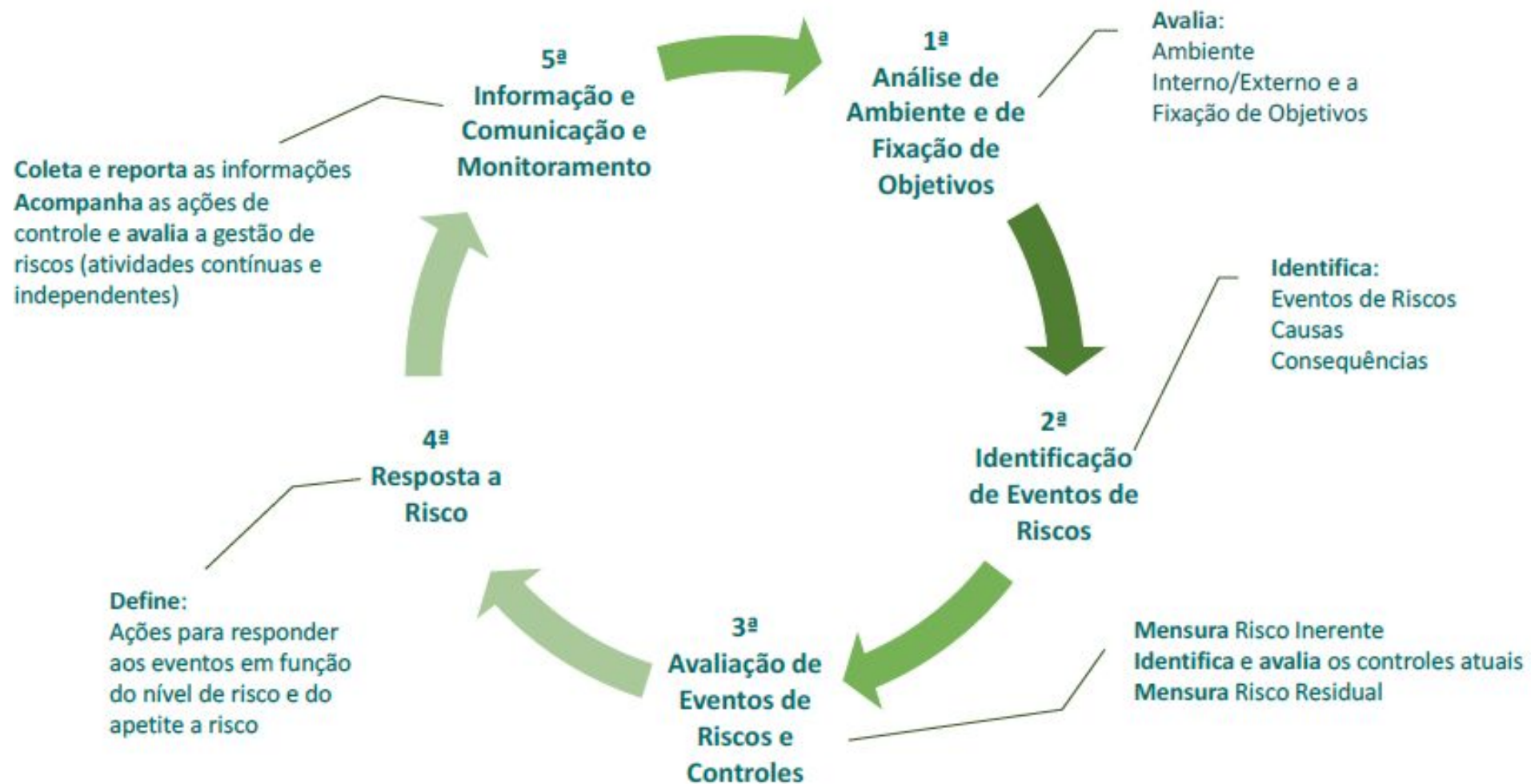
MANUAL DE GESTÃO DE INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES INTERNOS DA GESTÃO

(MPOG, 2017)

SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO


GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Gestão de Risco - MPOG



(MPOG, 2017)

Avaliação de Riscos



(TCU, 2018)

Controle Interno

Conjunto de políticas e procedimentos, adotados por uma organização, com o objetivo de promover a vigilância, a fiscalização e a verificação que permitem **prever, observar, dirigir** ou **governar** os eventos que possam impactar o alcance de seus objetivos.

(Avaliação de Controles Internos. Instituto Serzedello Corrêa - ISC/TCU)



Controle interno é um processo realizado **pela diretoria, por todos os níveis de gerência e por outras pessoas da entidade**, projetado para fornecer segurança razoável quanto à consecução de objetivos nas seguintes categorias:

- a. eficácia e eficiência das operações;
- b. confiabilidade de relatórios financeiros;
- c. cumprimento de leis e regulamentações aplicáveis.

(COSO - 2013)

CAUC

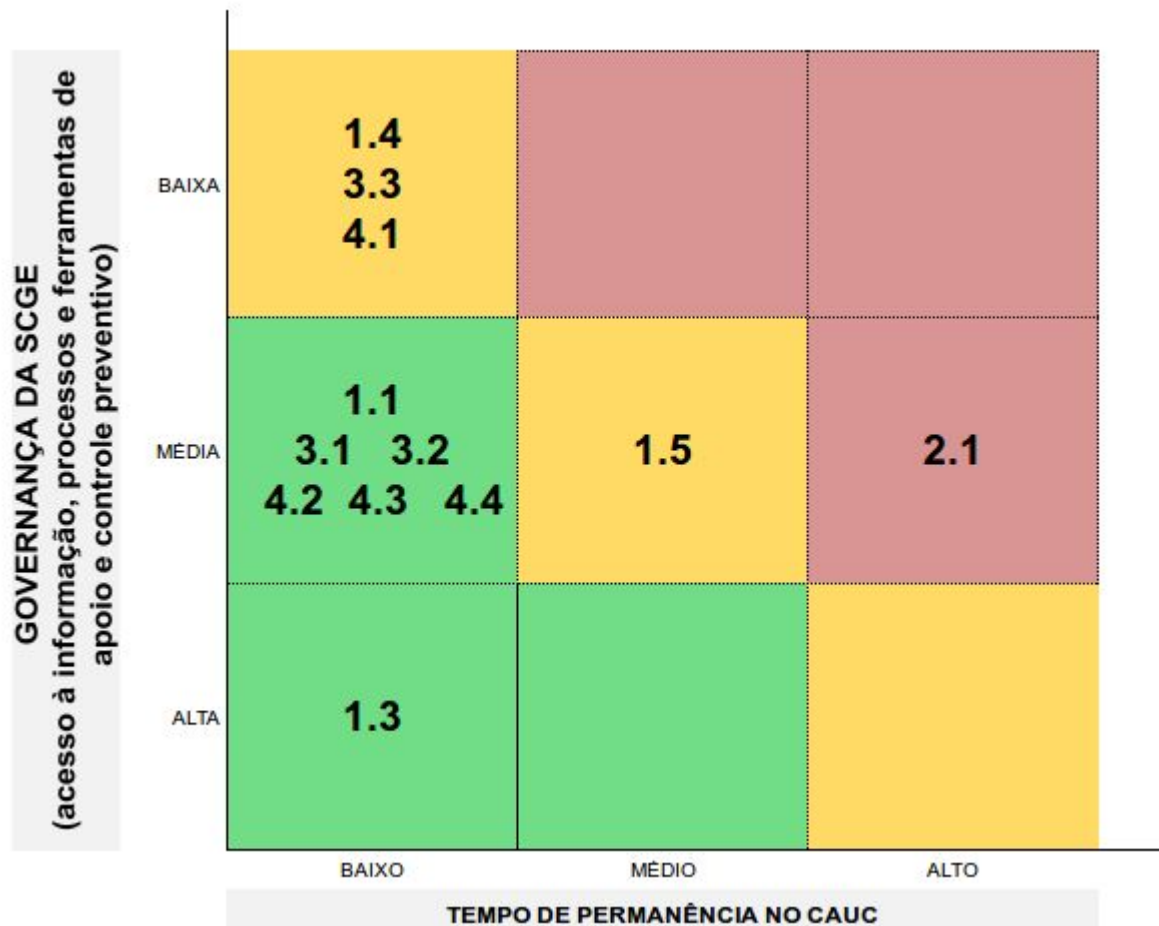
Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias

O Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) é um serviço que disponibiliza informações acerca da situação de cumprimento de requisitos fiscais por parte dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e de organizações da sociedade civil (OSC), necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal.

Requisitos Fiscais do CAUC:

- 1.1 Regularidade quanto a Tributos e Contribuições Federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Previdenciárias (CND Unificada)*
- 1.3 Regularidade Quanto a Contribuições para o FGTS (CRF-FGTS)
- 1.4 Regularidade em Relação à Adimplência Financeira em Empréstimos e Financiamentos concedidos pela União, e administrados pela STN
- 1.5 Regularidade Perante o Poder Público Federal (CADIN)
- 2.1 Regularidade Quanto à Prestação de Contas de Recursos Federais Recebidos Anteriormente (SIAFI e SICONV)
- 3.1 Publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF)
- 3.2 Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)
- 3.3 Encaminhamento das Contas Anuais
- 4.1 Exercício da Plena Competência Tributária
- 4.2 Aplicação Mínima de Recursos na Área da Educação (SIOPE)
- 4.3 Aplicação Mínima de Recursos na Área da Saúde (SIOPS)
- 4.4 Regularidade Previdenciária (CRP)

Avaliação de Riscos



Modelo de 3 Linhas de Defesa



Implantação do GRC - MPOG

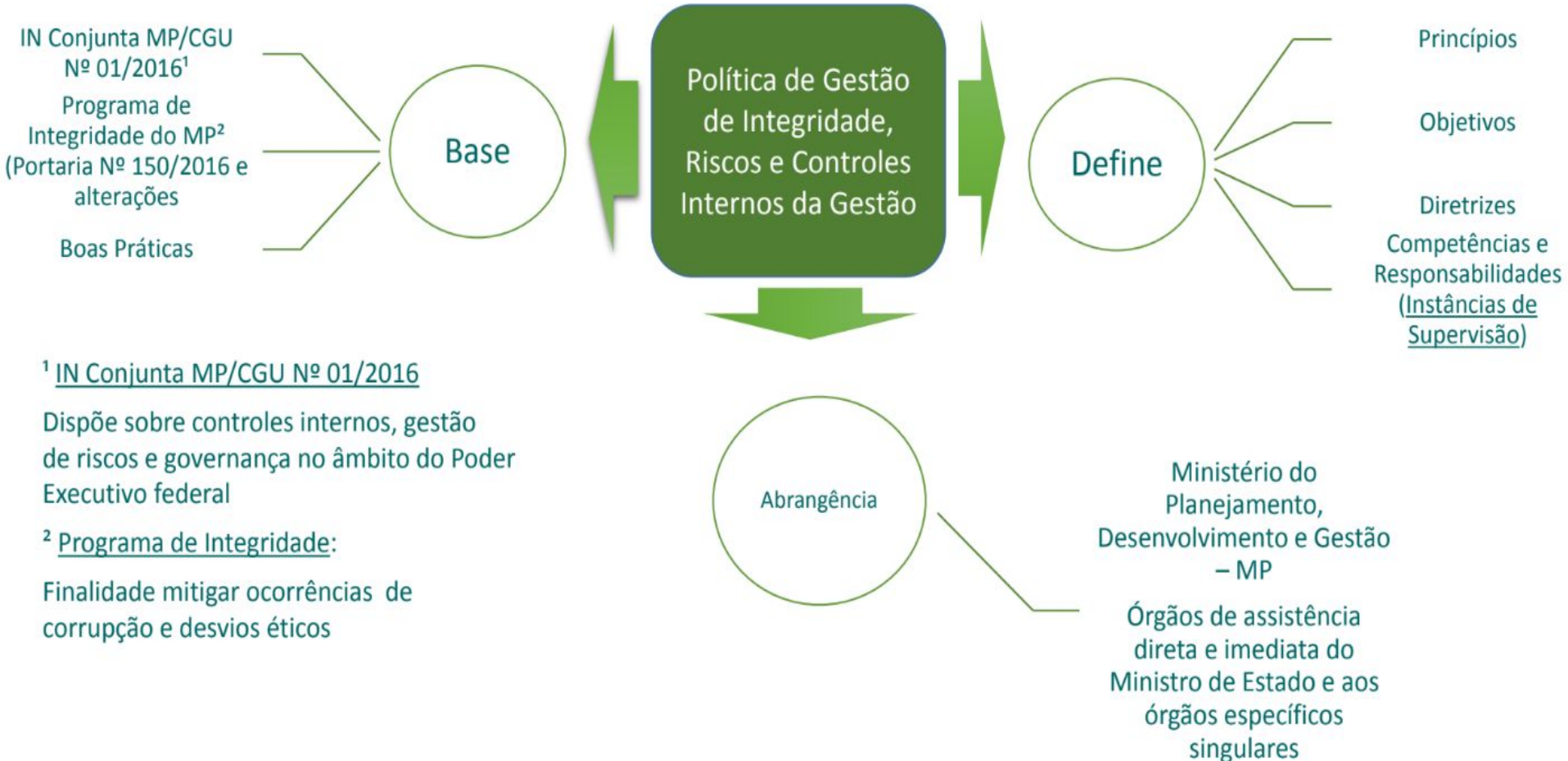
Alinhado ao Planejamento Estratégico do MP e apoiado pela Alta Administração



Escopo: Planos Estratégicos, Programas, Projetos e Processos
Natureza dos Riscos: Orçamentário-Financeiro e Não Orçamentário-Financeiro

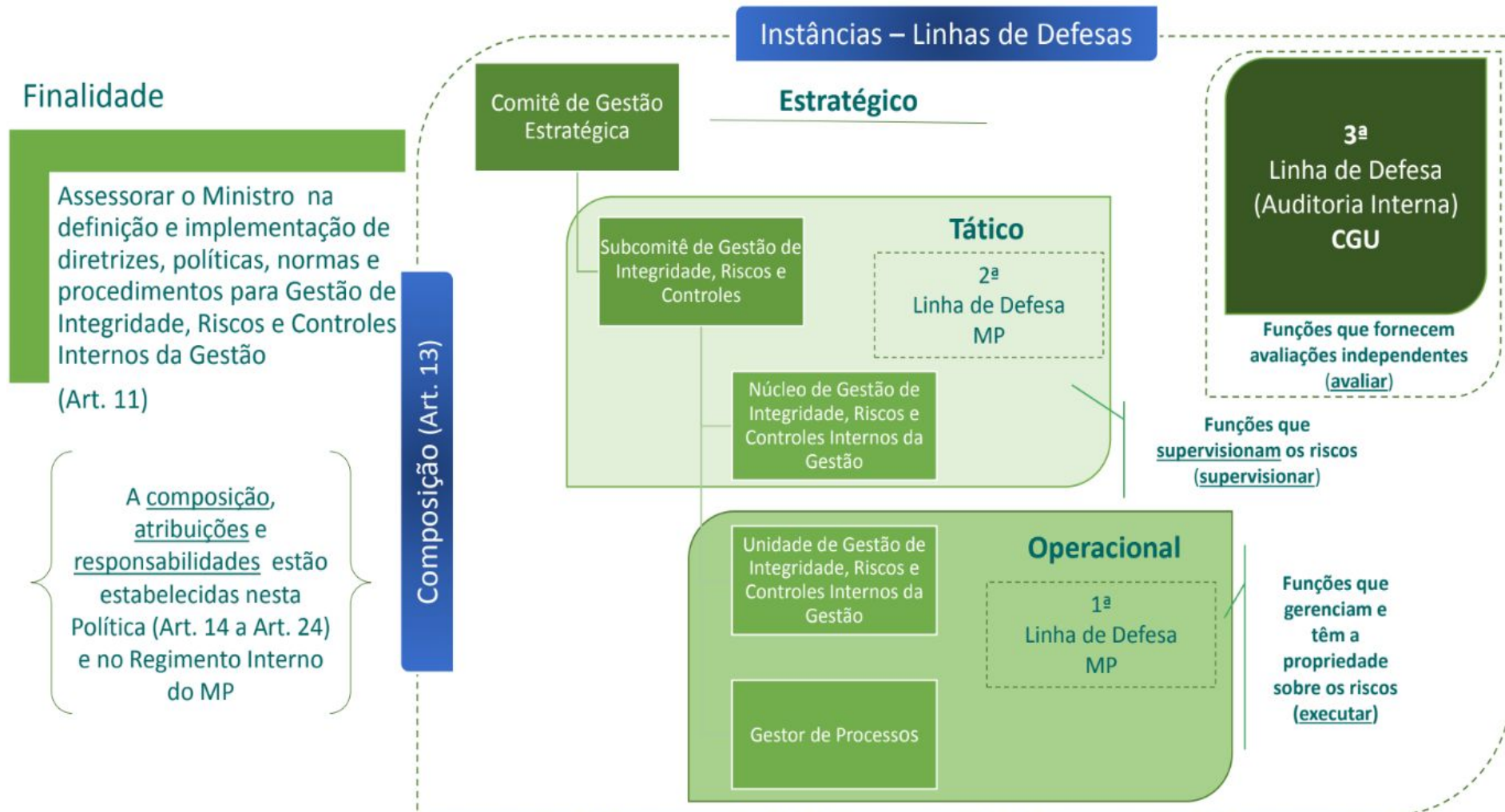
(MPOG, 2017)

Implantação do GRC - MPOG



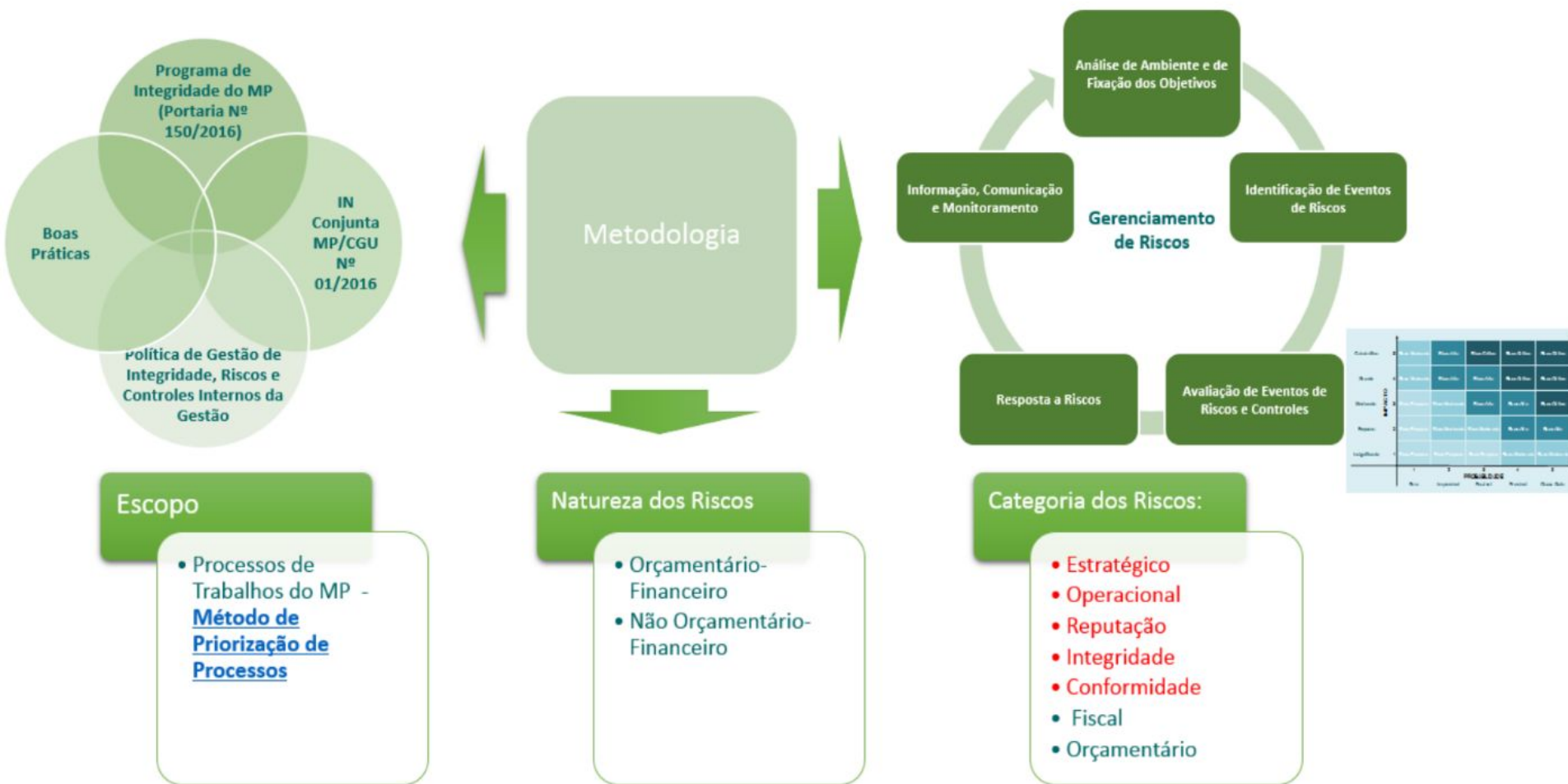
(MPOG, 2017)

Implantação do GRC - MPOG



(MPOG, 2017)

Implantação do GRC - MPOG



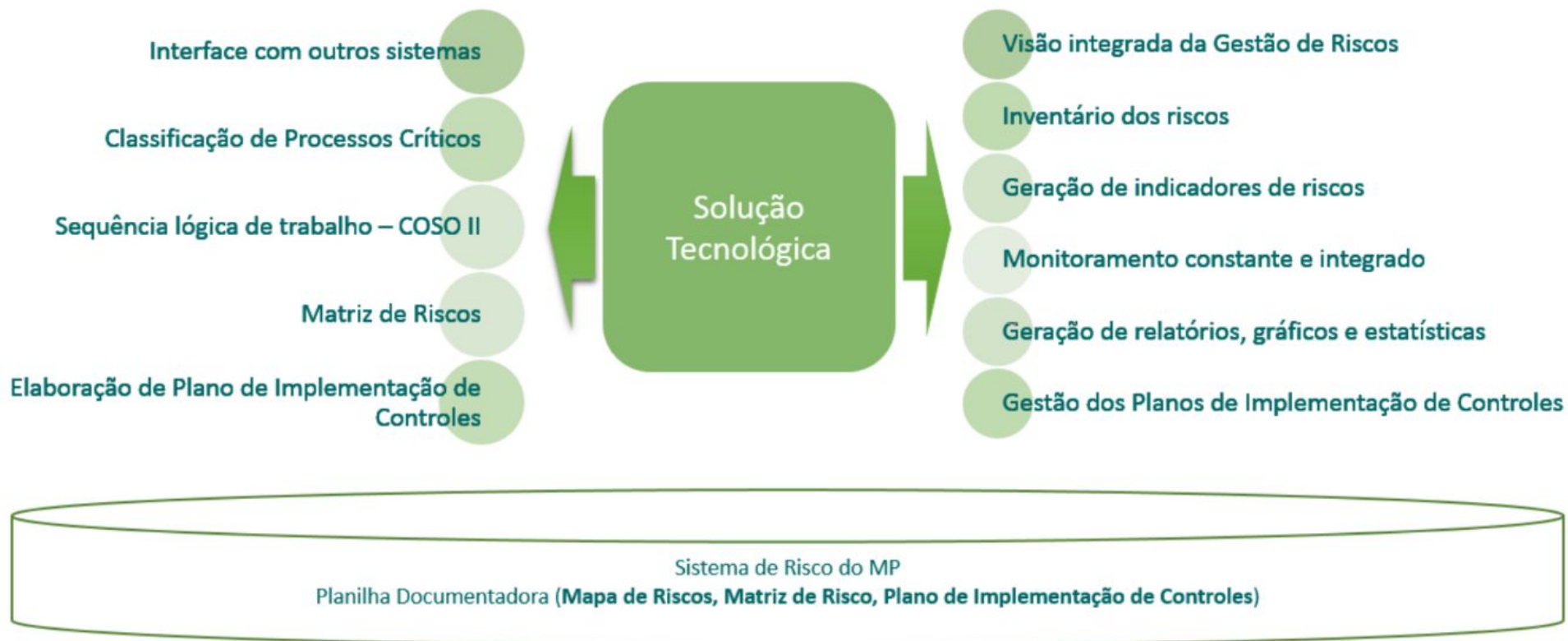
(MPOG, 2017)



SECRETARIA
DA CONTROLADORIA
GERAL DO ESTADO

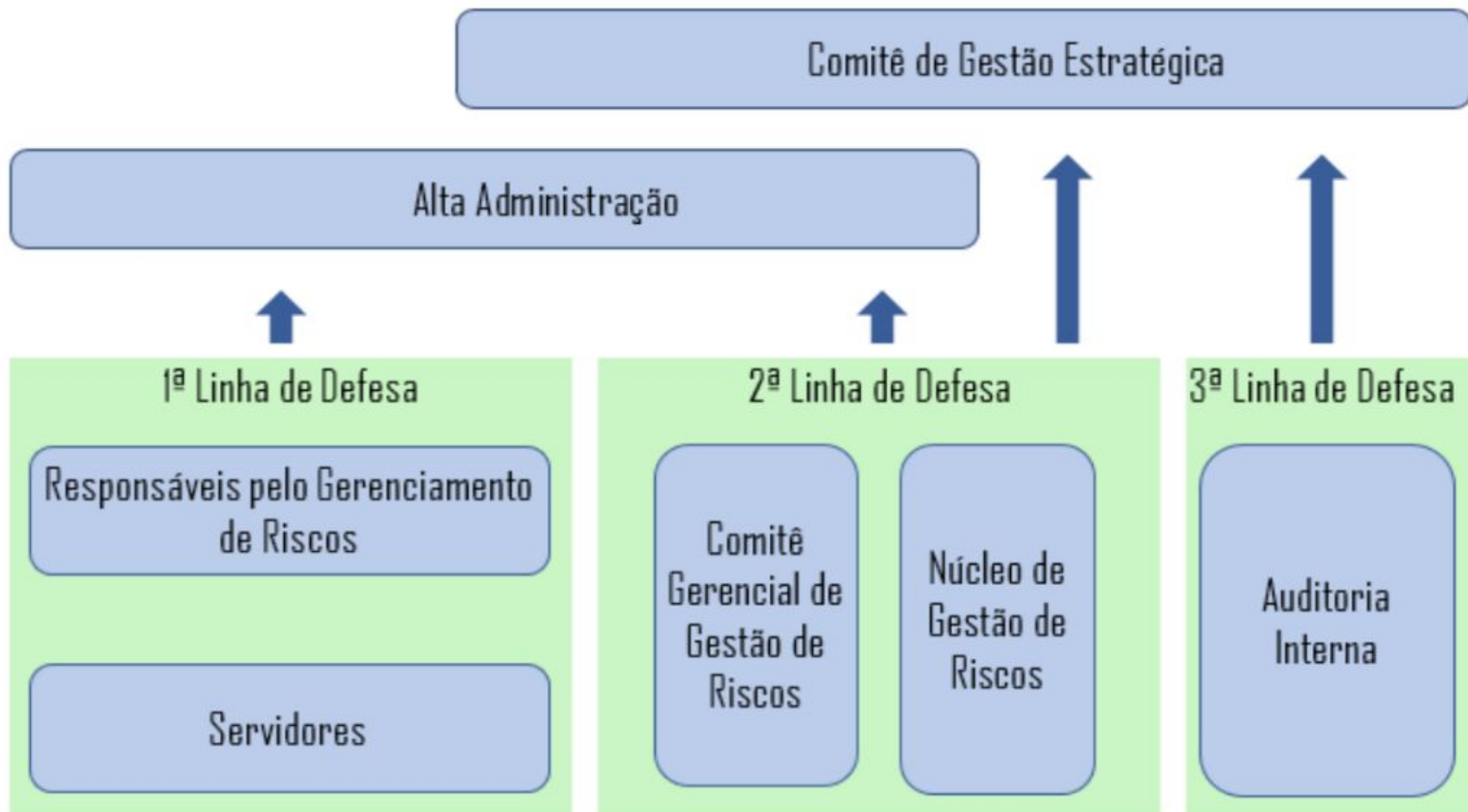
GOVERNO DO ESTADO
DE PERNAMBUCO

Implantação do GRC - MPOG



(MPOG, 2017)

3 Linhas de Defesa - Gestão de Risco



Modelo de 3 Linhas de Defesa

1ª LINHA DE DEFESA	2ª LINHA DE DEFESA	3ª LINHA DE DEFESA
Proprietários/ Gestores de Riscos	Controle de Risco e Conformidade	Avaliação de Riscos
<ul style="list-style-type: none">• gerência operacional	<ul style="list-style-type: none">• independência limitada• reporta primariamente à gerência	<ul style="list-style-type: none">• auditoria interna• maior independência• reporta ao órgão de governança

Resultados Finais Esperados



